

Sumário

PRIMEIRA PARTE: TEÓRICA

1	NOÇÕES DE PROCESSO PENAL	21
1.1.	CONSIDERAÇÕES GERAIS: REGRA DE IDENTIFICAÇÃO DE PEÇA.....	21
1.1.1.	Peças práticas em provas da OAB e em concursos públicos.....	21
1.1.2.	Regras para identificação da peça adequada.....	22
1.1.3.	Regras para identificação do momento processual.....	24
1.1.4.	Atuação em favor da vítima.....	30
1.2.	DO INQUÉRITO POLICIAL.....	31
1.2.1.	Investigação criminal.....	31
1.2.2.	Destinatários do inquérito policial.....	32
1.2.3.	Características do inquérito policial.....	32
1.2.4.	Vícios no inquérito policial.....	33
1.2.5.	Formas de instauração do inquérito policial.....	33
1.2.6.	Prazos para encerramento do inquérito policial.....	34
1.2.7.	Encerramento do inquérito policial.....	35
1.2.8.	Arquivamento do inquérito policial.....	35
1.2.9.	Trancamento do inquérito policial.....	36
1.3.	DA AÇÃO PENAL.....	37
1.3.1.	Condições da ação.....	37
1.3.2.	Condições de procedibilidade.....	38
1.3.3.	Espécies de ação penal.....	38
1.3.3.1.	Ação penal de iniciativa pública.....	39
1.3.3.2.	Ação penal de iniciativa pública condicionada.....	39
1.3.3.3.	Ação penal de iniciativa privada.....	40
1.3.4.	Requisitos da queixa-crime e da denúncia.....	41
1.3.5.	Hipóteses de rejeição da denúncia ou queixa (art. 395 do CPP).....	42
1.4.	PROCEDIMENTOS.....	44
1.4.1.	Generalidades.....	44
1.4.2.	Suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei n. 9.099/95).....	46
1.4.2.1.	Acordo de não persecução penal (art. 28-A do CPP).....	47
1.4.3.	Procedimento comum ordinário (art. 394, § 1º, I, do CPP).....	51
1.4.4.	Procedimento comum sumário (art. 394, § 1º, II, do CPP).....	57
1.4.5.	Procedimento comum sumaríssimo (Lei n. 9.099/95).....	58
1.4.6.	Procedimentos especiais do Código de Processo Penal.....	61

1.4.6.1.	Procedimento para crimes de responsabilidade cometidos por funcionário público (arts. 513 a 518 do CPP)	61
1.4.6.2.	Procedimento especial dos crimes contra a honra (arts. 519 a 523 do CPP).....	62
1.4.6.3.	Procedimento especial do júri.....	64
1.4.7.	Procedimentos especiais previstos em legislação extravagante: rito da Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006).....	69
1.4.8.	Crimes hediondos e assemelhados.....	71
1.5.	COMPETÊNCIA	72
1.5.1.	Organização judiciária.....	72
1.5.2.	Fixação de competência.....	75
1.5.2.1.	Competência de Justiça.....	76
1.5.2.2.	Competência por prerrogativa de função.....	79
1.5.2.3.	Competência de foro	80
1.5.2.4.	Competência de juízo.....	82
1.5.2.5.	Modificação da competência: conexão e continência	82
2	TESES DE DEFESA	85
2.1.	RELACIONADAS COM NULIDADES.....	86
2.1.1.	Nulidades mais comuns	89
2.1.1.1.	Incompetência (art. 564, I, do CPP).....	89
2.1.1.2.	Ilegitimidade de parte (art. 564, II, do CPP)	90
2.1.1.3.	Ausência de representação (art. 564, III, "a", do CPP)	90
2.1.1.4.	Denúncia inepta (art. 564, IV, do CPP)	91
2.1.1.5.	A inexistência de exame de corpo de delito nas infrações que deixam vestígios (art. 564, III, "b", do CPP).....	92
2.1.1.6.	Falta dos devidos atos de comunicação (art. 564, III e/ou IV, do CPP).....	93
2.1.1.7.	Descumprimento de fases processuais necessárias.....	93
2.1.1.8.	Desobediência às formalidades no momento do interrogatório (art. 564, IV, do CPP).....	94
2.1.1.9.	Ausência do réu preso na audiência de instrução (art. 564, IV, do CPP).....	95
2.1.1.10.	Sentença que não cumpre o sistema trifásico de fixação da pena (art. 564, IV, do CPP).....	95
2.1.1.11.	Desobediência ao art. 384 do CPP: <i>mutatio libelli</i> (art. 564, IV, do CPP).....	96
2.1.1.12.	Nulidade por falta de fundamentação na decisão (art. 564, IV, do CPP).....	97
2.1.1.13.	Teses relacionadas ao procedimento do júri.....	98
2.2.	RELACIONADAS COM A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	98
2.2.1.	Morte do agente	98
2.2.2.	<i>Abolitio criminis</i>	99
2.2.3.	Anistia, graça e indulto	99
2.2.4.	Renúncia e perdão	100
2.2.5.	Retratção.....	100
2.2.6.	Perdão judicial.....	100

2.2.7.	Perempção, decadência e prescrição	100
2.3.	TESES DE MÉRITO EM SENTIDO ESTRITO (TESES RELACIONADAS COM A EXISTÊNCIA DO CRIME OU A IMPOSIÇÃO DE PENA)	104
2.3.1.	Fato típico	104
2.3.1.1.	Conduita	104
2.3.1.2.	Resultado naturalístico	105
2.3.1.2.1.	Tentativa	105
2.3.1.2.2.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	108
2.3.1.3.	Nexo de causalidade	110
2.3.1.4.	Tipicidade	112
2.3.1.4.1.	Tipicidade formal	112
2.3.1.4.2.	Tipicidade material	113
2.3.1.4.3.	Tipicidade subjetiva: dolo e culpa	114
2.3.1.4.3.1.	Tipicidade dolosa	115
2.3.1.4.3.2.	Tipicidade culposa	115
2.3.1.4.3.3.	Crime qualificado pelo resultado	117
2.3.1.5.	Erro de tipo sobre elementar de tipo incriminador e discriminantes putativas por erro de tipo	118
2.3.1.6.	<i>Error in persona</i> (erro sobre a pessoa) e <i>aberratio ictus</i> (erro na execução)	119
2.3.1.7.	Crime impossível	120
2.3.2.	Antijuridicidade	121
2.3.2.1.	Legítima defesa	122
2.3.2.2.	Estado de necessidade	123
2.3.2.3.	Estrito cumprimento do dever legal	123
2.3.2.4.	Exercício regular de direito	123
2.3.3.	Culpabilidade	124
2.3.3.1.	Inimputabilidade	124
2.3.3.2.	Embriaguez	125
2.3.3.3.	Ausência de potencial consciência da ilicitude – Erro de proibição inevitável	126
2.3.3.4.	Inexigibilidade de conduta diversa	126
2.3.4.	Causas de isenção de pena	127
2.3.5.	Falta de provas	127
2.3.6.	Teses “subsidiárias de mérito”	130
2.4.	O PROBLEMA DA PROVA ILÍCITA	137
3	PEÇAS EM ESPÉCIE	139
3.1.	AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL	139
3.1.1.	Cabimento – Artigo 197 da Lei n. 7.210/84	139
3.1.2.	Competência	143
3.1.3.	Legitimidade	144
3.1.4.	Prazo	145
3.1.5.	Teses e requerimentos	146
3.2.	APELAÇÃO	146
3.2.1.	Cabimento – Artigo 593 do CPP; artigos 76, § 5º, e 82 da Lei n. 9.099/95....	146

3.2.2.	Competência	155
3.2.3.	Legitimidade.....	156
3.2.4.	Prazo	158
3.2.5.	Teses e requerimentos	160
3.2.5.1.	Apelação de sentenças condenatórias ou absolutórias (art. 593, I, do CPP).....	160
3.2.5.2.	Apelação de decisões definitivas ou com força de definitivas (art. 593, II, do CPP).....	167
3.2.5.3.	Apelação de sentença condenatória ou absolutória no tribunal do júri (art. 593, III, do CPP)	168
3.3.	CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	170
3.3.1.	Cabimento – Artigo 639 do CPP.....	170
3.3.2.	Competência	170
3.3.3.	Legitimidade	170
3.3.4.	Prazo	170
3.3.5.	Teses e pedidos.....	170
3.4.	CORREIÇÃO PARCIAL.....	171
3.4.1.	Cabimento.....	171
3.4.2.	Competência	172
3.4.3.	Legitimidade.....	172
3.4.4.	Prazo	172
3.4.5.	Teses e requerimentos	172
3.5.	RESPOSTA PRELIMINAR – FUNCIONÁRIO PÚBLICO.....	173
3.5.1.	Cabimento – Artigo 514 do CPP	173
3.5.2.	Competência	174
3.5.3.	Prazo	174
3.5.4.	Legitimidade.....	174
3.5.5.	Teses e pedidos.....	174
3.6.	DEFESA PRÉVIA – DROGAS (LEI N. 11.343/2006).....	175
3.6.1.	Cabimento – Artigo 55 da Lei n. 11.343/2006	175
3.6.2.	Competência	175
3.6.3.	Prazo	175
3.6.4.	Legitimidade.....	175
3.6.5.	Teses e pedidos.....	175
3.7.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	176
3.7.1.	Cabimento – Artigos 382 ou 619 do CPP; artigo 83 da Lei n. 9.099/95	176
3.7.2.	Competência	177
3.7.3.	Legitimidade.....	177
3.7.4.	Prazo	177
3.7.5.	Teses e requerimentos	178
3.8.	EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE.....	178
3.8.1.	Cabimento – Artigo 609 do CPP	178
3.8.2.	Competência	181
3.8.3.	Legitimidade.....	181
3.8.4.	Prazo	181
3.8.5.	Teses e requerimentos	182

3.9. <i>HABEAS CORPUS</i>	182
3.9.1. Cabimento – Artigo 5º, LXVIII, da CF/88 e artigos 647 e 648 do CPP	182
3.9.1.1. Quando não houver justa causa para a coação (art. 648, I, do CPP).....	183
3.9.1.2. Quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei (art. 648, II, do CPP).....	184
3.9.1.2.1. Excesso de prazo na prisão preventiva.....	184
3.9.1.2.2. Excesso de prazo na prisão temporária.....	185
3.9.1.3. Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo (art. 648, III, do CPP).....	185
3.9.1.4. Quando houver cessado o motivo que autorizou a coação (art. 648, IV, do CPP).....	186
3.9.1.5. Quando não for alguém admitido a prestar fiança nos casos em que a lei a autoriza (art. 648, V, do CPP)	186
3.9.1.6. Quando o processo for manifestamente nulo (art. 648, VI, do CPP).....	188
3.9.1.7. Quando extinta a punibilidade (art. 648, VII, do CPP).....	188
3.9.2. Competência	189
3.9.3. Legitimidade.....	191
3.9.3.1. Paciente	191
3.9.3.2. Impetrante.....	191
3.9.3.3. Autoridade coatora	192
3.9.4. Prazo	192
3.9.5. Teses, requerimentos e recursos	192
3.10. MANDADO DE SEGURANÇA	197
3.10.1. Cabimento – Artigo 5º, LXIX, da CF/88 e Lei n. 12.016/2009.....	197
3.10.2. Competência	198
3.10.3. Legitimidade.....	199
3.10.3.1. Impetrante (sujeito ativo).....	199
3.10.3.2. Autoridade coatora (sujeito passivo)	199
3.10.3.3. Litisconsorte passivo necessário	199
3.10.4. Prazo	200
3.10.5. Teses e requerimentos	200
3.11. MEMORIAIS	202
3.11.1. Cabimento – Artigos 403, § 3º, ou 404, parágrafo único, do CPP.....	202
3.11.2. Competência	203
3.11.3. Legitimidade.....	203
3.11.4. Prazo	203
3.11.5. Teses e requerimentos	204
3.11.5.1. Memoriais no rito comum ou especial, com exceção do júri.....	204
3.11.5.2. Memoriais no rito do júri	210
3.12. PEDIDO DE HABILITAÇÃO COMO ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO.....	212
3.12.1. Cabimento – Artigo 268 do CPP.....	212
3.12.2. Competência	212
3.12.3. Legitimidade.....	212
3.12.4. Prazo	213

3.12.5. Teses e pedidos.....	213
3.13. PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL.....	213
3.13.1. Cabimento – Artigo 5º, § 5º, do CPP.....	213
3.13.2. Competência.....	213
3.13.3. Legitimidade.....	214
3.13.4. Prazo.....	214
3.13.5. Teses e requerimentos.....	214
3.14. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO EM VIRTUDE DE QUESTÃO PREJUDICIAL....	214
3.14.1. Cabimento – Artigos 92 ou 93 do CPP.....	214
3.14.2. Competência.....	216
3.14.3. Legitimidade.....	216
3.14.4. Prazo.....	216
3.14.5. Teses e requerimentos.....	216
3.15. QUEIXA-CRIME.....	217
3.15.1. Cabimento – Artigo 100, § 2º, do CP e artigos 30, 41 e 44 do CPP, ou artigo 100, § 3º, do CP e artigos 29, 41 e 44 do CPP e artigo 5º, LIX, da CF/88.....	217
3.15.2. Competência.....	217
3.15.3. Legitimidade.....	218
3.15.4. Prazo.....	218
3.15.5. Teses e pedidos.....	219
3.16. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	219
3.16.1. Cabimento – Artigo 581 do CPP ou artigo 294, parágrafo único, do CTB....	219
3.16.2. Competência.....	230
3.16.3. Legitimidade.....	232
3.16.4. Prazo.....	234
3.16.5. Teses e requerimentos.....	235
3.17. RECURSO ESPECIAL.....	238
3.17.1. Cabimento – Artigo 105, III, da CF/88.....	238
3.17.2. Competência.....	239
3.17.3. Legitimidade.....	239
3.17.4. Prazo.....	239
3.17.5. Teses e requerimentos.....	239
3.18. RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	240
3.18.1. Cabimento – Artigo 102, III, da CF/88.....	240
3.18.2. Competência.....	240
3.18.3. Legitimidade.....	241
3.18.4. Prazo.....	241
3.18.5. Teses e requerimentos.....	241
3.19. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	241
3.19.1. Cabimento – Artigos 102, II, ou 105, II, da CF/88.....	241
3.19.2. Competência.....	244
3.19.3. Legitimidade.....	245
3.19.4. Prazo.....	245
3.19.5. Teses e requerimentos.....	246
3.20. REPRESENTAÇÃO.....	246

3.20.1. Cabimento – Artigo 24 do CPP	246
3.20.2. Competência	246
3.20.3. Legitimidade.....	247
3.20.4. Prazo	247
3.20.5. Teses e pedidos.....	247
3.21. RESPOSTA À ACUSAÇÃO.....	248
3.21.1. Cabimento – Artigos 396 e 396-A do CPP.....	248
3.21.2. Competência	248
3.21.3. Legitimidade.....	248
3.21.4. Prazo	248
3.21.5. Teses e pedidos.....	248
3.22. REVISÃO CRIMINAL.....	250
3.22.1. Cabimento – Artigo 621 do CPP e Justificação Criminal	250
3.22.2. Competência	252
3.22.3. Legitimidade.....	253
3.22.4. Prazo	254
3.22.5. Teses e requerimentos	254
3.22.5.1. Revisão criminal de sentença proferida pelo júri	254

SEGUNDA PARTE: PEÇAS PRÁTICAS

MODELOS

1

1.1. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL	259
1.2. ALEGAÇÕES FINAIS SOB A FORMA DE MEMORIAIS	262
1.3. APELAÇÃO	265
1.4. CARTA TESTEMUNHÁVEL.....	269
1.5. CONTRARRAZÕES DE APELAÇÃO (1).....	272
1.6. CONTRARRAZÕES DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (1)	275
1.7. CORREIÇÃO PARCIAL.....	278
1.8. RESPOSTA PRELIMINAR – RITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO	280
1.9. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	282
1.10. EMBARGOS INFRINGENTES (OU DE NULIDADE).....	284
1.11. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	287
1.12. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	288
1.13. EXCEÇÃO DE ILEGITIMIDADE DE PARTE.....	290
1.14. EXCEÇÃO DE COISA JULGADA	291
1.15. <i>HABEAS CORPUS</i>	292
1.16. HABILITAÇÃO COMO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO	294
1.17. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO POLICIAL	295
1.18. LIVRAMENTO CONDICIONAL.....	297
1.19. MANDADO DE SEGURANÇA	298

1.20. PEDIDO DE EXPLICAÇÕES EM JUÍZO	300
1.21. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA	301
1.22. PEDIDO DE RELAXAMENTO DA PRISÃO EM FLAGRANTE	304
1.23. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA.....	306
1.24. PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA (IMPUGNAÇÃO)	307
1.25. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.....	308
1.26. PEDIDO DE SEQUESTRO DE BENS.....	310
1.27. PEDIDO DE UNIFICAÇÃO DE PENAS	312
1.28. QUEIXA-CRIME.....	313
1.29. REABILITAÇÃO CRIMINAL	315
1.30. RECURSO ESPECIAL	316
1.31. RECURSO EXTRAORDINÁRIO	319
1.32. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	321
1.33. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	324
1.34. REPRESENTAÇÃO	327
1.35. RESPOSTA À ACUSAÇÃO	328
1.36. REVISÃO CRIMINAL	331
1.37. RECLAMAÇÃO	333

TERCEIRA PARTE: PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS E QUESTÕES DISCURSIVAS

1 PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS (OAB E EXERCÍCIOS PROPOSTOS).....	337
2 RESOLUÇÃO DAS PEÇAS PRÁTICO-PROFISSIONAIS	381
3 QUESTÕES DISCURSIVAS (OAB E EXERCÍCIOS PROPOSTOS)	435
4 RESOLUÇÃO DAS QUESTÕES DISCURSIVAS.....	499

ANEXOS

1 PRINCIPAIS SÚMULAS DO STJ	557
2 PRINCIPAIS SÚMULAS DO STF	563
SÚMULAS VINCULANTES.....	566
BIBLIOGRAFIA	567